



PORTUGAL RIBEIRO

Advogados

Notas sobre os problemas enfrentados no setor de saneamento

CERI/BID

26/02/17



PORTUGAL RIBEIRO

Advogados

Algumas notas sobre os problemas enfrentados

- Distribuição de riscos
 - O problema de distribuição de riscos adequada está muito a frente dos problemas que enfrentamos
- Incapacidade da grande maioria dos Municípios de efetivamente planejar, implantar, acompanhar, fiscalizar e regular
- Agências reguladoras municipais funcionam como secretaria do município
 - Mesmo quando há condições institucionais de independência, as pessoas nem sempre têm formação adequada para exercer essa independência
 - Dificuldade de fiscalização de cumprimento de contrato, metas físicas (obrigações de saneamento) e metas de desempenho
 - Dificuldade de realizar reequilíbrio de contratos
 - Dificuldade até mesmo de promover licitação para contratar assessores
 - Incompreensão sobre metodologias para regulação



PORTUGAL RIBEIRO

Advogados

Facciosidades do modelo institucional

- Preconceito ideológico e corporativismo nos desenhos institucionais
 - Na época de crescimento acelerado, recursos do PAC só podiam se destinar a entes públicos
 - Preferências no marco legal pelas CES ao invés de priorizar a busca da universalização
 - Contrato de programa sem licitação – porque não deixar as CES competir?
 - Perda de validade dos contratos de programa em caso de desestatização das CES – a quem protege? Interesses corporativos
 - Incapacidade dos Municípios de realizar planejamento, e execução das contratações, regulação e fiscalização
 - Necessário um completo redesenho da estrutura institucional para viabilizar os investimentos para universalização no médio prazo



PORTUGAL RIBEIRO

Advogados

As desestatizações que estão sendo modeladas pelo BNDES

- Problema conceitual: desestatizações atuais por razões fiscais
 - Foco é geração de receitas para o Governo
 - E não gerar investimentos na melhoria do saneamento
 - Em tese quanto menores investimentos exigidos e custos operacionais maiores os pagamentos pela outorga
- Problema de execução: empresas e sua preparação para desestatização são contrapartidas para ajuda da União aos Estados
 - Nem sempre políticos querem desestatizar – como será a condução? Federalização?
 - Estudos do BNDES são condição de qualquer ajuda ao Estado



PORTUGAL RIBEIRO

Advogados

As licitações do BNDES para contratação de estudos

- Suposição de que se tratam de serviços comuns
- Abandono da ideia de que estruturação de desestatização é um serviço sofisticado e customizado
- Abandono aparentemente da ideia de que o corpo técnico do BNDES conduzirá as desestatizações
 - Aparentemente o objetivo é fazer “linha de montagem” para analisar e aprovar os relatórios das consultorias
- Editais de licitação deixam claro que modelo de preferencia aparentemente é a privatização
 - Mas permitem exclusão de serviços para adaptação a outros modelos
 - Esclarecimento na licitação deixa claro que pode ser qualquer modelo (e que os consultores não serão reequilibrados por essas mudanças)



PORTUGAL RIBEIRO

Advogados

As licitações do BNDES para contratação de estudos

- Desalinhamento do cronograma político
 - Novos Governadores vão querer fazer “seus” projetos
 - Consultores provavelmente já estarão desmobilizados
 - Resposta a pedido de esclarecimento na licitação diz que não haverá reequilíbrio por inclusão ou supressão de produtos
- Urgente necessidade de criar modelo para contratação adequada de consultorias
 - O erro do TCU que levou ao perecimento da EBP
 - A previsão do FAEP na lei do PPI
 - O erro da gestão “Maria Silvia” no BNDES



PORTUGAL RIBEIRO

Advogados